EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO **Nº 167/2026**
PREGÃO PRESENCIAL **Nº 083/2026**
REGISTRO DE PREÇOS – **MENOR PREÇO POR ITEM**
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA: **25/11/2026 às 09h00min.**
LOCAL: **SALA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS**

I - PREÂMBULO

1.1. O Município de CÓRREGO DO BOM JESUS, Estado de Minas Gerais, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará no dia **25/11/2026 às 09h00min,** na sede da **Prefeitura Municipal,** sito à **Rua Doze de Dezembro, 347, centro, Córrego do Bom Jesus/MG,** na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** para **REGISTRO DE PREÇOS,** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, visando a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DESCARTAVEIS CONFORME SOLICITAÇÃO DE DIVERSAS SECRETARIAS**, que será processada e julgada de acordo com as disposições deste **Edital** e de seus anexos, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, Decreto Municipal nº 605/2024 de 02 de janeiro de 2024 e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo servidor do Município de Córrego do Bom Jesus, SEBASTIÃO TEODORO DA SILVA, designado Pregoeiro, e pela a Equipe de Apoio, designados pela **Portaria nº 083/2026, de 23 de junho de 2026**.

1.3. A opção pela forma presencial no presente Pregão encontra respaldo no artigo 176 da Lei 14.133/2021, que concede o prazo de 6 (seis) anos para que os municípios com até 20.000 habitantes realizem a transição para a modalidade eletrônica.

II - OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente Pregão Presencial o registro de preços FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DESCARTAVEIS CONFORME SOLICITAÇÃO DE DIVERSAS SECRETARIAS**,** conforme especificações contidas no Anexo I.

2.2. A Prefeitura Municipal não se obriga a contratar o total de quantitativos ora previstos, mas somente aqueles que forem efetivamente necessários, segundo requisição emitida pela Administração Municipal.

2.3. O **prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze)** meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme previsto no **art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21**.

2.4. Os serviços deverão ser prestados nas dependências da empresa contratada de acordo com a ordem de serviços expedida pela Secretaria requisitante.

III - CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

3.1. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1.2. Só poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto acima descrito.

A participação deste certame implica em total aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3.2. Não poderá participar ainda da presente licitação:

1. As pessoas jurídicas enquadradas em quaisquer das hipóteses de vedação previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive aquelas que, em decorrência da aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, previstas no art. 156, incisos III e IV, da referida Lei, encontrem-se impossibilitadas de participar de licitações ou de contratar com a Administração Pública;
2. Em consórcio;
3. Com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial;
4. Entre cujos dirigentes, gerentes, acionistas ou detentoras de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controladores, responsáveis técnicos

ou subcontratados, haja alguém que seja dirigente, funcionário ou servidor público municipal;

5. Os implementos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa licitante sob pena de responsabilidade administrativa e penal cabíveis, conforme legislação vigente.

A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

3.2 – DA PARTICIPAÇÃO DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

a) Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme item VII deste Edital, mesmo esta apresente alguma restrição.

b) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcela de débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

c) A não regularização da documentação no prazo previsto de 5 dias úteis, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

d) Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 05% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

e) Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo de 05 (cinco) minutos após os encerramentos dos lances, sob pena de preclusão.
2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da letra "d", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese da letra c, na ordem de classificatória, para o exercício do mesmo direito;

f) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido na letra d, será realizado sorteio entre elas para que identifique aquela que primeira poderá apresentar melhor oferta.

IV – CREDENCIAMENTO

4.1. Horário de credenciamento: 09h00, do dia 25 de Novembro de 2026.

4.2. No dia, hora e local designados no Edital, o interessado ou seu representante legal deverá proceder ao respectivo credenciamento junto ao(a) Pregoeiro(a).

4.3. As empresas licitantes poderão ser representadas na sessão do Pregão por seu sócio, proprietário ou dirigente, desde que apresente o original ou cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social atualizado ou Registro Comercial, no caso de empresa individual, acompanhado de documento de identidade.

4.4. A **representação** também poderá ser feita **por procurador** munido de instrumento público ou particular ou por Carta de Credenciamento, conforme modelo do **Anexo II**, comprovando a outorga de poderes necessários para a formulação de propostas e a prática de todos os demais atos inerentes ao Pregão, juntamente com cópia autenticada do documento de identidade do credenciado ou procurador e documento que comprove a representação legal do outorgante, que deverá ser apresentadas fora dos envelopes de 01 e 02.

4.5. A declaração de pleno atendimento aos **Requisitos de Credenciamento** de acordo com o modelo estabelecido no **(Anexo III)** do Edital e a Declaração de Condição de ME ou EPP **(Anexo VII)** juntamente com a Certidão Simplificada da Junta Comercial, deverão ser apresentadas fora dos envelopes de 01 e 02.

4.6. Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao(a) Pregoeiro(a) ou à Equipe de Apoio para autenticação.

4.7. O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto ao(a) Pregoeiro(a) implica a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial e a responsabilidade legal pelos atos praticados.

4.8. O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como **Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da lei citada, deverá comprovar sua condição de ME ou EPP, por meio de declaração, conforme modelo do **Anexo VII**.

4.8.1. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

4.9. Os documentos relacionados neste item (IV) deverão ser entregues ao Pregoeiro fora dos envelopes para fins de credenciamento.

4.10. **O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO ABAIXO RELACIONADA:**

4.10.1. Cópia da cédula de identidade do representante legal da empresa;

4.10.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

4.10.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

4.10.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

4.10.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

V - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.1. A Proposta Comercial e os documentos de Habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro na abertura da sessão pública deste certame, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, sob pena de desqualificação, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

Envelope nº 01 – Proposta Licitante: _____ Processo Licitatório nº 167/2026 Pregão Presencial nº 083/2026 Data de Abertura: 25/11/2026 - Horário de abertura: 09h00min.

Envelope nº 02 – Habilitação Licitante: _____ Processo Licitatório nº 167/2026 Pregão Presencial nº 083/2026 Data de Abertura: 25/11/2026 - Horário de abertura: 09h00min.

VI - PROPOSTA COMERCIAL (Envelope 01)

6.1. A proposta indicará o nome da empresa e deverá ser apresentada em uma via, datilografada ou processada em computador, conforme modelo de Proposta Comercial constante do Anexo VI, ou em modelo próprio em que conste:

6.1.2. descrição do produto, conforme especificações constantes no Anexo I;

6.1.3. marca ou origem do produto ofertado;

6.1.4. preço unitário do produto;

6.1.5. preço total do produto.

6.2. O licitante deverá apresentar proposta comercial referente a todos os itens objetos da licitação, ou apenas, aos itens que lhe convier.

6.3. É vedada a imposição de condições ou apresentação de opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma origem, uma marca e um preço para cada item licitado.

6.4. O preço deverá ser cotado considerando-se:

6.4.1. A entrega do objeto de acordo com as condições e exigências contidas neste edital e seus anexos, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios;

6.5. Os preços devem ser expressos em moeda corrente do país, em numeral, com 2 (duas) casas decimais.

6.6. A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

6.6.1. Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, ele será considerado como aceito para efeito de julgamento.

6.7. Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua proposta comercial.

VII - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (Envelope 02)

7.1. O licitante que ofertar o menor preço deverá apresentar a documentação abaixo relacionada:

7.1.2. PROVA DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, CONFORME O CASO

7.1.2.1. comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica

7.1.2.2. prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal de seu domicílio;

7.1.2.3. prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual de seu domicílio;

7.1.2.4. prova de regularidade fiscal para com os tributos e contribuições federais;

7.1.2.5. prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

7.1.2.6. prova de regularidade fiscal junto à Seguridade Social (INSS) – CND;

7.1.2.7. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.1.3. PROVA DE REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa Jurídica.

7.1.4. PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1.4.1. Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, **fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado**, em papel timbrado, comprovando a execução satisfatória de serviços ou fornecimento similares ao objeto desta licitação.

7.1.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

7.1.5.1. Declaração relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º, da Constituição Federal/88, e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999 (Anexo IV).

7.1.5.2. Declaração de Idoneidade, Inexistência de fato impeditivo e de suspensão para contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal (Anexo V).

7.2. Os documentos relacionados neste Título poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC, em vigor na data da realização do Pregão, desde que expressamente indicados no referido cadastro.

7.2.1. No caso de não constar no CRC quaisquer documentos exigidos, o licitante deverá complementar a documentação exigida.

7.2.2. Se os documentos indicados no CRC, estiverem com os prazos vencidos, deverão ser apresentados novos documentos, em vigor.

7.4. O(a) Pregoeiro(a) e a equipe de apoio efetuarão consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, em observância à legislação pertinente, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

7.4.1. Procedida a consulta, serão impressas declarações comprovantes da autenticidade dos documentos, que serão juntadas aos autos do processo licitatório.

7.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

7.5.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

7.5.2. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

7.5.3. Se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

7.5.4. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6. A Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, deverá apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

7.6.1. Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.6.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao(a) Pregoeiro(a).

7.6.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

7.6.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, §5º da Lei Federal nº 14.133/21, sendo facultado ao(a) Pregoeiro(a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do item 8.7.5 deste edital, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.

7.7. Os documentos exigidos neste edital poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

7.7.1. Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao(a) Pregoeiro(a) ou à Equipe de Apoio para autenticação das referidas cópias.

7.8. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão, exceto o atestado de capacidade técnica exigido no subitem 7.1.4.1.

7.9. Os documentos mencionados neste Título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de discos magnéticos.

7.10. A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título inabilitará o licitante, sendo aplicado o disposto no subitem 8.7.5. desse Edital.

VIII – PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

8.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas licitantes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais se

aceitará novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação.

8.2. Aberta a sessão, os representantes credenciados entregarão os envelopes contendo a Proposta Comercial e a Documentação de Habilitação e, separadamente, declaração, conforme modelo do Anexo III, dando ciência de que atendem plenamente aos requisitos de habilitação, a teor do art. 73, inciso I, da Lei Federal n° 14.133/21, sob pena de responsabilização, nos termos da lei.

8.3. Os licitantes que enviarem os envelopes, "Proposta Comercial" e "Documentação de Habilitação", sem representante credenciado, deverão encaminhar, em envelope separado, a declaração acima.

8.3.1. A Administração não se responsabilizará por envelopes e documentos endereçados via postal ou por outras formas, ou, ainda, entregues em locais diversos da sede da Prefeitura Municipal de Córrego do Bom Jesus, e que, por isso, não sejam protocolizados ou recebidos no prazo legal.

8.4. Classificação das Propostas Comerciais:

8.4.1. O critério de julgamento será o de **MENOR VALOR POR ITEM**, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

8.4.2. Será desclassificada a proposta que:

8.4.2.1. não se refira à integralidade do objeto;

8.4.2.2. não atenda às exigências estabelecidas no Edital ou em diligência;

8.4.2.3. contiver vícios insanáveis, nos termos dispostos no art. 59, I, da Lei Federal nº 14.133/21;

8.4.2.4. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação, nos termos dispostos no art. 59, III, da Lei Federal nº 14.133/21;

8.4.3. Se o(a) Pregoeiro(a) entender que o preço é inexequível, fixará prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço por meio de planilha de custos ou outros documentos.

8.4.3.1. não havendo a comprovação da exequibilidade do preço a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais, nos termos do inciso IV do art. 59 da Lei Federal n° 14.133/21.

8.4.4. Na análise das propostas não será considerada qualquer oferta de vantagem.

8.4.5. O(a) Pregoeiro(a), no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis que não afetem o seu conteúdo.

8.4.6. O(a) Pregoeiro(a), após a abertura das Propostas Comerciais, procederá à verificação de sua conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, à consequente desclassificação das propostas em desacordo e à divulgação dos preços cotados pelos licitantes.

8.4.6.1. Na hipótese de ser necessária a realização de diligências para comprovação da exequibilidade dos preços, a sessão poderá ser suspensa, sendo agendada nova data e horário para sua continuidade.

8.4.7. O(a) Pregoeiro(a) classificará, para a etapa de lances, o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.4.8. Se não houver no mínimo 3 (três) propostas comerciais nas condições definidas neste item, o(a) Pregoeiro(a) classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

8.5. Lances Verbais:

8.5.1. Aos licitantes classificados, será dada a oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

8.5.2. Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

8.5.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

8.5.4. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

8.5.5. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

8.5.6. Não havendo mais licitantes interessados em apresentar lances, estará encerrada a etapa de lances.

8.6. Lei Complementar nº 123/2006:

8.6.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP enquadrada nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06.

8.6.2. Ocorrendo o empate e comprovada a condição de ME ou EPP, na fase de credenciamento dos licitantes, nos termos do item 4.7, proceder-se-á da seguinte forma:

8.6.2.1. A ME ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

8.6.2.2. Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, na forma do item anterior, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.

8.6.3. Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer seu direito de preferência, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item 8.6.1, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.

8.6.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, será realizado sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar novo lance.

8.6.5. Não havendo ME ou EPP, em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação da etapa de lances.

8.6.6. Será classificado em primeiro lugar o licitante que, ao final da etapa de lances, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06, ofertar o menor preço.

8.7. Encerramento etapa competitiva:

8.7.1. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.7.2. O (a) Pregoeiro (a) poderá formular contraproposta ao licitante que ofertou o lance de menor preço, para que possa ser obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação.

8.7.3. Se a oferta de menor preço for considerada aceitável, será aberto o envelope "Documentação de Habilitação" do licitante que a tiver formulado, para confirmação de sua habilitação.

8.7.4. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8.7.5. No caso de desclassificação da proposta de menor preço ou inabilitação do licitante, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e habilitação do licitante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda às exigências deste Edital.

8.7.6. Nessa etapa o(a) Pregoeiro(a), também, poderá negociar o preço com o licitante, para que sejam obtidas melhores condições para a Administração, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

8.7.6.1 - Existindo ME ou EPP remanescente, no intervalo do empate ficto, ocorrendo a hipótese do *caput*, voltar-se-á a etapa correspondente ao subitem 8.6.2.1 deste Título.

8.7.7. Caso seja necessário, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão do Pregão, a qualquer momento, para realização de diligências, designando nova data para sua continuidade, ficando intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

8.7.8. Lavrar-se-á ata circunstanciada da sessão, com registro de todos os atos do procedimento e das ocorrências relevantes, assinada pelo(a) Pregoeiro(a), Equipe de Apoio e pelos licitantes.

8.7.9. O licitante que desistir da proposta após a classificação das propostas deverá justificar comprovadamente as razões do feito, podendo ser aplicada multa de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por item que desistir.

8.7.10. Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja igual ou inferior ao previsto para a aquisição dos produtos será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação ao licitante declarada vencedor do certame e encerrada a reunião. Posteriormente, o processo, devidamente instruído, será encaminhado para a Autoridade competente para homologação e subsequente contratação.

8.7.11. Decididos os recursos ou transcorrido *in albis* o prazo para sua interposição, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados em todos os itens, os envelopes "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".

IX – IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala do agente de contratação.

9.1.1. As razões e contrarrazões deverão ser apresentadas mediante protocolo, na sede da Prefeitura Municipal de Córrego do Bom Jesus, no horário das 13h às 17h, ou por outro meio de interposição, tais como internet, correio ou qualquer outro meio de comunicação.

9.1.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do Pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva Ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias, contados da lavratura da Ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

9.4. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

9.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fax ou correio eletrônico.

9.7. Somente serão aceitos recursos e impugnações previstos na Lei Federal nº 14.133/21, os quais deverão ser protocolados na sede da Prefeitura Municipal de Córrego do Bom Jesus.

9.8. Serão aceitas impugnações e recursos enviados via fax, internet, correio ou qualquer outro meio de comunicação.

X – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 - A adjudicação do objeto licitado será feita pelo valor total do item.

10.2 - Inexistindo manifestação recursal o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.

10.3 - Decididos os recursos porventura interpostos, e constada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

XI - CONTRATAÇÃO

11.1 – Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da proposta vencedora será convocado para firmar a Ata de Registro de Preços – Anexo VIII, sob pena de decair do direito ao registro de preços sem prejuízo de outras sanções.

11.2 - O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar a Ata de Registro de Preços e/ou o contrato de compromisso.

11.3 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura da ata de registro de preços e/ou o contrato de compromisso, ou recuse-se a assiná-los, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para firmar a Ata de Registro de Preços e celebrar o contrato de compromisso.

11.4 - O representante legal da proposta vencedora deverá assinar a Ata de Registro de Preços e/ou o contrato de compromisso, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação.

11.5 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços ou do contrato ou instrumento equivalente, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

11.6 - Se a empresa considerada vencedora deixar de assinar a Ata de Registro de Preços e/ou o contrato de compromisso ou o termo equivalente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, sem que tenha solicitado prorrogação de prazo mediante justificativa, por escrito, e aceita pelo Município, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, podendo optar por revogar a licitação, nos termos do art. 90, §2º, da Lei Federal nº 14.133/21.

XII – PAGAMENTO

12.1 - A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista e indicada no processo pela área competente do Município de Córrego do Bom Jesus, sob as

rubricas:

3 3 90 30 99 12 361 0004 2011 0000 020401 134

12.2 A despesa decorrente desta licitação para o exercício de 2026 correrá por conta das dotações orçamentárias especificas constantes no orçamento do exercício vigente e suas respectivas dotações para o exercício subsequente.

12.3 - O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pela Secretaria de Finanças do Município de Córrego do Bom Jesus, por processo legal, após a devida comprovação do fornecimento nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos, **em até 30 (trinta) dias úteis.**

12.4 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

12.5 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

XIII - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do Contrato, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções pela CONTRATANTE:

13.1.1 - Advertência;

13.1.2 – Multas, conforme edital e minuta contratual;

13.1.3 - Rescisão unilateral do Contrato sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de indenização à CONTRATANTE por perdas e danos;

13.1.4 – Impedimento de licitar e contratar com Município de Córrego do Bom Jesus;

13.1.5 - Indenização à CONTRATANTE da diferença de custo para contratação de outro licitante;

13.1.6 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo não superior a 6 (seis) anos.

13.2. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à

penalidade de multa, de acordo com a gravidade da infração, nos termos do §7º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2.1. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior.

13.2.2. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.2.3. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.3. Na aplicação das sanções, serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

XIV - DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

14.1.1 - Anexo I – Termo de Referência;

14.1.2 - Anexo II – Modelo de Carta de Credenciamento;

14.1.3 - Anexo III – Modelo de Declaração de que o proponente cumpre os requisitos de credenciamento;

14.1.4 - Anexo IV – Modelo de Declaração de Cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil;

14.1.5 - Anexo V – Modelo de Declaração de Fato impeditivo e ou superveniente e de aceitação de todas as condições do Edital;

14.1.6 - Anexo VI – Modelo de Proposta Comercial;

14.1.7 - Anexo VII – Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP;

14.1.8. Anexo VIII – Minuta da Ata de Registro de Preços;

14.2 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

14.3 - A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

14.4 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

14.5 - Na análise da documentação e no julgamento das propostas de preço, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

14.6 - Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido.

14.7 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto às licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no *caput* do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

14.7.1 - Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação desses documentos pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio;

14.7.2 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

14.8 - As decisões da autoridade superior e do Pregoeiro serão publicadas por afixação no átrio da Prefeitura Municipal de Córrego do Bom Jesus.

14.9 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

14.10 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Córrego do Bom Jesus revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

14.11 - O Município de Córrego do Bom Jesus poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

14.12 - Para atender a seus interesses, o Município de Córrego do Bom Jesus reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

14.13 - Cópia deste instrumento convocatório estará disponível no quadro de avisos localizado no hall de entrada (andar térreo) da sede da Prefeitura Municipal de Córrego do Bom Jesus e poderá ser obtido junto ao agente de contratação, no horário das 13h às 17 horas.

14.14. Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser feitos através do telefone (35) 3432-1122 e ou no e-mail: compras@corregodobomjesus.mg.gov.br

14.15 - Fica eleito o foro da Comarca de Cambuí, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Córrego do Bom Jesus, 29 de outubro de 2026.

_____

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
TAMYRES CECÍLIA DA SILVA

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade Requisitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECÚARIA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**Data:** 27/10/2026
Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DESCARTAVEIS CONFORME SOLICITAÇÃO DE DIVERSAS SECRETARIAS.	

DESCRIÇÃO DO OBJETO

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO
1.	UN	180	**Aparelho de barbear c/ lâminas duplas** Aparelho de barbear descartável, confeccionado em cabo plástico rígido e anatômico, com ranhuras antiderrapantes que garantam manuseio firme e seguro durante o uso. Cabeça contendo **duas (2) lâminas paralelas de aço inoxidável** de alta precisão e durabilidade, com fita lubrificante ou fita de aloe vera/vitamina E integrada acima das lâminas para reduzir o atrito e prevenir irritações na pele. Acompanhado de capa protetora de plástico para as lâminas, garantindo a segurança no transporte e armazenamento. Produto atóxico, descartável e em conformidade com as normas sanitárias vigentes. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • **GILLETTE -** Prestobarba Ultragrip 2 • **BIC -** Bic Comfort Twin / Sensitive • **WILKINSON SWORD -** Extra 2 Precision
2.	UN	60	**Avental de plástico, p/ cozinha, c/ bolsos, cores variadas** Avental de proteção confeccionado em material plástico/PVC ou polietileno de alta/baixa densidade, impermeável, resistente, lavável e atóxico. Modelo inteiriço com tiras no pescoço e na cintura para regulagem e ajuste ao corpo. Possui tiras/costuras reforçadas para evitar rasgos durante o uso contínuo. Equipado com no mínimo **1 (um) ou 2 (dois) bolsos frontais** funcionais para transporte de utensílios leves. Tamanho único adulto (comprimento mínimo aproximado de 70 cm x 60 cm de largura). • **Cores:** Cores variadas (sortidas), com acabamento liso e sem imperfeições. • **Apresentação/Embalagem: Embalado individualmente** em saco plástico transparente e selado, contendo etiqueta com identificação do fabricante, composição do material e instruções de higienização. **MARCAS DE REFERÊNCIA**

			• **VONDER -** Avental Impermeável PVC/Polyester • **MAIPEL -** Avental Plástico impermeável c/ bolsos • **BRASCAMP -** Avental de Vinil/PVC Impermeável
3.	UN	60	**Avental em tecido Oxford p/ cozinha, c/ bolsos, branco** Avental de proteção confeccionado em tecido **Oxford 100% poliéster**, com gramatura mínima de 150 g/m², garantindo durabilidade, boa apresentação e facilidade de lavagem e secagem rápida. Modelo inteiriço (corpo inteiro), com tiras para ajuste no pescoço e amarração na cintura. Possui costuras reforçadas em overloque/reta em todas as bainhas e pontos de tensão para evitar o desfiamento. Equipado com no mínimo **1 (um) bolso frontal amplo** centralizado ou dividido. Tamanho único adulto (dimensões mínimas aproximadas de 70 cm de largura x 80 cm de altura). • **Cor: Branca** uniforme, sem manchas ou imperfeições no tecido. • **Apresentação/Embalagem: Embalado individualmente** em saco plástico transparente, dobrado e selado, contendo etiqueta com identificação do fabricante, composição do tecido e instruções de lavagem/higienização. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • **Brimax / Uniformes** - Avental Oxford com Bolso Branco • **Santista / Workwear** - Avental Profissional Oxford **Laranja Lima / Profissional** - Avental Garçom/Cozinha Oxford Branco
4.	UN	100	**Borrifador de água plástico capacidade 500 ml c/gatilho** Borrifador/pulverizador manual multiuso, confeccionado em plástico de alta resistência (PEAD/PET/PP), atóxico e durável. Frasco graduado ou liso com **capacidade nominal de 500 ml**, corpo ergonômico que facilita a pegada. Válvula de pulverização tipo gatilho anatômico e acionamento suave, com bico rosqueável e regulável que ofereça **3 (três) opções de funcionamento/regulagem**: 1. Posição de **leque/névoa** (pulverização fina e ampla); 2. Posição de **jato contínuo** (direcionado e de maior alcance); 3. Posição de **trava/fechado** (*OFF*), para evitar vazamentos e acionamentos acidentais. Cano interno/pescador em polietileno com comprimento adequado para total aproveitamento do líquido no fundo do frasco.

			• **Apresentação/Embalagem: Embalado individualmente** em saco plástico transparente e selado, contendo identificação do fabricante e capacidade. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • **Sanremo** - Borrifador de Plástico 500 ml (Linha Hydrus / Multiuso) • **Bettanin / Noviça** - Borrifador Spray 500 ml c/ Regulagem **Guarany** - Pulverizador Manual Multiuso 500 ml
5.	PCT	1000	**Colher descartável de sobremesa, pct c/ 50 un** Colher descartável para sobremesa, fabricada em poliestireno (PS) virgem, de primeira linha, atóxico e livre de bisfenol-A (BPA Free). O produto deve apresentar alta resistência mecânica, sendo rígido, firme e resistente à flexão durante o uso com sobremesas (como sorvetes, mousses, doces pastosos e gelatinas). Deve possuir acabamento impecável, sem rebarbas, cantos cortantes, falhas de injeção ou odores estranhos. Cor: Branca (ou Cristal/Transparente, conforme preferência do órgão). O produto deve estar em conformidade com as normas da ANVISA para materiais que entram em contato com alimentos. Apresentação: Pacote com 50 unidades, devidamente lacrado e identificado com dados do fabricante, lote e prazo de validade (quando aplicável). **MARCAS DE REFERÊNCIA** • Copaza • Goldenplast Plastilp / Galvanotek (ou equivalents de mesma patente industrial)
6.	PCT	1000	**Colher descartável p/ sopa, pct c/ 50 un** Colher descartável para sopa, fabricada em poliestireno (PS) virgem, de primeira linha, atóxico e livre de bisfenol-A (BPA Free). O produto deve apresentar alta resistência mecânica, excelente rigidez e cabo anatômico reforçado para suportar o manuseio de alimentos quentes ou pesados sem deformar ou quebrar. O acabamento deve ser liso, uniforme, sem rebarbas, falhas de injeção, bolhas ou odores estranhos. Cor: Branca (ou Cristal/Transparente, conforme o padrão do órgão). O produto deve atender às exigências da ANVISA para materiais destinados ao contato com alimentos.

			Apresentação: Pacote com 50 unidades, íntegro, vedado e contendo externamente os dados de identificação do fabricante e lote. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • Prafesta • Copaza Goldenplast
7.	PCT	300	**Copo descartável 100 ml branco, pct c/ 100 un** Copo plástico descartável fabricado em poliestireno (PS) ou polipropileno (PP), na cor branca, com capacidade nominal de 100 ml. Produto de primeira linha, com alta resistência mecânica e térmica, livre de rebarbas, odores ou deformações. Deve atender rigorosamente aos padrões de qualidade e às normas técnicas vigentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), em especial a **ABNT NBR 14865**. O pacote deverá conter 100 unidades devidamente lacradas e identificadas com dados do fabricante, marca, lote e quantidade na embalagem externa. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • Copobras • **Altacoppo** (Linha Super Premium / PP) • **Cristalcopo**
8.	PCT	6000	**Copo descartável 180 ml branco, pct c/ 100 un** Copo plástico descartável fabricado em poliestireno (PS) ou polipropileno (PP), na cor branca, com capacidade nominal de 180 ml para água e bebidas em geral. Produto de primeira linha, atóxico, resistente, livre de rebarbas, falhas de injeção ou odores estranhos. Deve atender rigorosamente às normas técnicas vigentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), em especial a **ABNT NBR 14865**. O pacote deverá conter 100 unidades devidamente lacradas e identificadas com dados do fabricante, marca, lote e quantidade na embalagem externa. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • Copobras • **Altacoppo** (Linha Super Premium / PP) • **Cristalcopo**

9.	PCT	6000	**Copo descartável 50 ml branco, pct c/ 100 un** Copo plástico descartável (tipo cafezinho) fabricado em poliestireno (PS) ou polipropileno (PP), na cor branca, com capacidade nominal de 50 ml. Produto de primeira linha, atóxico, com boa resistência térmica e mecânica para suportar líquidos quentes (como café e chás), livre de rebarbas, odores ou deformações. Deve atender rigorosamente às normas técnicas vigentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), em especial a **ABNT NBR 14865**. O pacote deverá conter 100 unidades devidamente lacradas e identificadas com dados do fabricante, marca, lote e quantidade na embalagem externa. **MARCAS DE REFERêNCIA** • Copobras • **Altacoppo** (Linha Super Premium / PP) • **Cristalcopo**
10.	PCT	3000	**Cumbuca de isopor 300ml, pct c/ 30 un** Cumbuca/tigela descartável fabricada em poliestireno expandido (EPS/isopor), com capacidade nominal de 300 ml. Produto térmico, adequado para o acondicionamento de alimentos quentes ou frios (como caldos, sopas, sobremesas e sorvetes), com excelente isolamento térmico, atóxico, rígido, leve, livre de odores e sem rebarbas. O produto deve atender às normas técnicas e sanitárias vigentes. O pacote deverá conter 30 unidades devidamente embaladas e identificadas com dados do fabricante, marca, lote e quantidade na embalagem externa. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • **DART** • **COPOBRAS** • **ISOPLAST**
11.	UN	50	**Dispenser de Copos Descartáveis, 1 copo por clique, acrílico resistente, transparente.** Equipamento para armazenamento e distribuição de copos descartáveis com acionamento individual (sistema 1 copo por clique / tecla a tecla), evitando desperdício e contaminação. Confeccionado em acrílico de alta resistência, 100% transparente, permitindo a visualização do nível de copos. Compatível com diversos tamanhos de copos (água ou café). Acompanha tampa superior para proteção contra poeira e kit de fixação (parafusos/buchas ou fita dupla face) para instalação em paredes ou superfícies verticais. Produto de excelente acabamento, durável e de fácil higienização.

			MARCAS DE REFERÊNCIA • **PREMISSE** • **FUTURE** **MAXXIS**
12.	UN	50	**Dispenser p/ Papel Higiênico de 30 a 300 metros Resistente** Suporte para papel higiênico interfolhado ou em rolo (modelo institucional/padrão grande), com capacidade para rolos de 30 a 300 metros. Confeccionado em polipropileno (PP) de alta resistência ou ABS de impacto, garantindo durabilidade e proteção contra umidade e poeira. Sistema de fechamento com chave ou trava de segurança frontal, visor lateral ou frontal em acrílico/transparente para monitoramento do consumo do papel, e dente serrilhado resistente para facilitar o corte. Design ergonômico, de fácil instalação (acompanha kit com parafusos e buchas) e simples higienização. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • PREMISSE • JSN BRALIMPIA
13.	UN	50	**Dispenser p/ Papel Toalha Interfolhado PT1000 reforçado** Suporte para papel toalha interfolhado, modelo padrão institucional, com capacidade para armazenamento de até 1.000 folhas (ou equivalentes a 2 a 3 maços). Confeccionado em polipropileno (PP) de alta resistência ou ABS injetado, conferindo excelente durabilidade, rigidez e proteção ao papel contra umidade e contaminação. Sistema de fechamento com chave ou trava de segurança, visor frontal translúcido/transparente para acompanhamento do nível de papel restante. Bordas arredondadas que evitam o rasgo da folha durante a retirada. Acompanha kit de instalação (parafusos e buchas). Produto de fácil limpeza e acabamento refinado. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • PREMISSE • JSN • BRALIMPIA
14.	UN	50	**Dispenser saboneteira de parede, c/ reservatório de 800 ml.** Contém refil interno recarregável.

			Dispenser/saboneteira para instalação em parede, com sistema de acionamento manual por tecla frontal ou botão ergonômico. Equipado com reservatório interno removível e recarregável com capacidade mínima de 800 ml para sabonete líquido, álcool em gel ou detergente. Confeccionado em termoplástico de alta resistência a impactos (como ABS ou polipropileno de engenharia), garantindo durabilidade. Possui visor frontal translúcido/transparente para monitoramento do nível do produto, sistema de fechamento com chave ou trava de segurança para evitar violação, e válvula anti-vazamento. Acompanha kit de fixação (parafusos e buchas). Produto de fácil higienização e excelente acabamento. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • PRIMISSE • JSN • BRALIMPIA
15.	PCT	600	**Faca descartável p/ refeição, pct c/ 50 un.** Faca plástica descartável para refeição, fabricada em poliestireno (PS) de primeira linha, na cor branca (ou cristal/transparente, conforme preferência). Produto atóxico, rígido, com boa resistência mecânica e flexibilidade adequada para corte de alimentos em geral, livre de rebarbas, falhas de injeção ou odores estranhos. Deve atender rigorosamente às normas técnicas vigentes de segurança alimentar e da ABNT. O pacote deverá conter 50 unidades devidamente lacradas e identificadas com dados do fabricante, marca, lote e quantidade na embalagem externa. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • **COPOBRAS** • **PRAFESTA** • **MOPLAST**
16.	CAIXA	1000	**Filtro de papel p/ café nº 103, caixa c/ 30 un.** Filtro de papel descartável para coador de café, tamanho nº 103. Fabricado em papel celulósico de alta pureza, microporoso, 100% natural ou branqueado (isento de cloro elementar), atóxico e próprio para contato com alimentos. Costura mecânica resistente (sem uso de cola ou adesivos químicos) que garante que o produto não se rompa durante o processo de extração. O produto não deve alterar o sabor ou o aroma do café. A embalagem (caixa) deve conter 30 unidades devidamente acondicionadas, trazendo externamente os dados de

			identificação do fabricante, marca, tamanho e prazo de validade (quando aplicável). **MARCAS DE REFERÊNCIA** • **MELITTA** • **TRÊS CORAÇÕES** • **MOKA**
17.	PCT	600	**Garfo descartável p/ bolo pct c/ 50 un.** Garfo plástico descartável pequeno (tipo sobremesa/bolo), fabricado em poliestireno (PS) de primeira linha, na cor branca (ou cristal/transparente, conforme preferência). Produto atóxico, rígido, com dentes bem formados e resistentes, boa flexibilidade mecânica, livre de rebarbas, falhas de injeção ou odores estranhos. Deve atender rigorosamente às normas técnicas vigentes de segurança alimentar e da ABNT. O pacote deverá conter 50 unidades devidamente lacradas e identificadas com dados do fabricante, marca, lote e quantidade na embalagem externa. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • **COPOBRAS** • **PRAFESTA** • **MOPLAST**
18.	PCT	1000	**Garfo descartável p/ refeição pct c/ 50 un.** Garfo plástico descartável para refeição (tamanho padrão), fabricado em poliestireno (PS) de primeira linha, na cor branca (ou cristal/transparente, conforme preferência). Produto atóxico, rígido, com dentes firmes e boa resistência mecânica e flexibilidade adequada para o consumo de alimentos em geral, livre de rebarbas, falhas de injeção ou odores estranhos. Deve atender rigorosamente às normas técnicas vigentes de segurança alimentar e da ABNT. O pacote deverá conter 50 unidades devidamente lacradas e identificadas com dados do fabricante, marca, lote e quantidade na embalagem externa. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • COPOBRAS • PRAFESTA MOPLAST
19.	PCT	1000	**Guardanapo de papel branco, pct c/ 100 un,** 27,5 x 32 cm Guardanapo de papel descartável, fabricado com 100% de fibras celulósicas

			virgens ou recicladas de alta qualidade, na cor branca. Textura macia, de alta capacidade de absorção, isento de produtos tóxicos, odores ou impurezas, próprio para contato com alimentos e higiene pessoal. Dimensões abertas aproximadas de 27,5 cm x 32 cm. O pacote deverá conter 100 unidades devidamente embaladas em filme plástico protetor, contendo externamente os dados de identificação do fabricante, marca, dimensões e quantidade. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • SANTHER(SNOB/SYM) • SOFTYS(CAMILO/MILI) MILI
20.	PCT	100	**Guardanapo p/ pastel, branco pct c/1 kg** Papel absorvente descartável do tipo próprio para pastelarias e alimentos fritos, na cor branca. Fabricado com polpa de celulose virgem ou reciclada de alta pureza, livre de agentes químicos tóxicos, corantes artificiais prejudiciais ou odores estranhos. Possui alta capacidade de absorção de gordura e óleos, garantindo resistência mesmo quando úmido ou em contato com alimentos quentes. Acondicionado em pacote fechado com 1 kg de produto, contendo externamente os dados de identificação do fabricante, marca, peso líquido e instruções de armazenamento. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • **SANTHER (INSTITUCIONAL)** • **MILI (INSTITUCIONAL)** • **SOFTYS**
21.	ROLO	120	**Papel alumínio 7,5m x 45 cm** Papel alumínio descartável de uso culinário e industrial, com dimensões de 7,5 metros de comprimento por 45 centímetros de largura. Fabricado em liga de alumínio de alta pureza, com excelente flexibilidade, maleabilidade e resistência térmica, ideal para o preparo, proteção e conservação de alimentos em fornos, geladeiras ou freezers. Produto atóxico, livre de impurezas, resistente a rasgos e furos. Acondicionado em caixa protetora com serrilha metálica integrada para facilitar o corte seguro do filme. A embalagem externa deve conter informações claras com marca, dimensões, dados do fabricante e instruções de uso. MARCAS DE REFERÊNCIA • **WYDA** • **ALPFILM**

			• **BOMPACK**
22.	ROLO	60	**Papel filme PVC, rolo c/ 0,28 x 15 m** Filme extensível em policloreto de vinila (PVC) flexível e atóxico, desenvolvido para o contato direto com alimentos (proteção, vedação e conservação em cozinhas, geladeiras ou freezers). Possui excelente aderência, alta transparência, elasticidade e resistência mecânica a rasgos e perfurações, evitando a passagem de odores e preservando o frescor dos alimentos. Acondicionado em caixa protetora com sistema de corte prático (serrilha ou corte integrado). A embalagem externa deve conter dados claros do fabricante, marca, dimensões, lote e instruções de uso. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • **ALPFILM** • **WYDA** • **GOODPACK**
23.	PCT	1500	**Papel higiênico BRANCO c/ 30m, pct c/ 4 rolos**, alto grau de alvura, textura macia, folha dupla, c/ picote. Papel higiênico descartável em rolo, fabricado com 100% de fibras celulósicas virgens, na cor branca, apresentando alto grau de alvura. Construção em folha dupla colada, de textura macia, alto poder de absorção, isento de substâncias tóxicas ou odores desagradáveis, dermatologicamente testado. O produto deve possuir picote entre as folhas para facilitar o destaque e gozar de boa resistência mecânica para evitar esfarelamento durante o uso. O pacote deverá conter 4 rolos de 30 metros cada, devidamente embalados em filme plástico resistente, com rótulo externo contendo os dados do fabricante, marca, metragem e quantidade. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • **NEVE** • **PERSONAL** **MILI**
24.	PCT	1000	**Papel higiênico BRANCO c/ 300m, pct c/ 8 rolos**, alto grau de alvura, textura macia, folha dupla. Papel higiênico descartável em rolo de grande metragem (uso institucional/profissional), fabricado com 100% de fibras celulósicas virgens ou

			de alta pureza, na cor branca e com alto grau de alvura. Construção em folha dupla, de textura macia, excelente resistência mecânica (para evitar desmanche ou rasgos excessivos) e alto poder de absorção, isento de odores e substâncias tóxicas. Produto adequado para uso em dispensers de grande capacidade. O pacote/fardo deverá conter 8 rolos de 300 metros cada, devidamente embalados, contendo externamente os dados de identificação do fabricante, marca, metragem e quantidade. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • **CLESS** • **DAMA** • **COT OU MAXIMUS**
25.	PCT	3000	**Papel toalha interfolha (pct c/ 1000 folhas), 2 dobras, BRANCO** Composição 100% fibras naturais, alto grau de alvura, não deixa resíduos nas mãos, resistente e absorvente, 21 x 23 cm. Papel toalha descartável interfolhado de duas dobras (2 dobras), confeccionado com 100% de fibras celulósicas naturais, apresentando alto grau de alvura. Produto resistente quando úmido, de alta capacidade de absorção, toque macio, não deixando resíduos ou fiapos nas mãos durante o uso. Isento de substâncias tóxicas, odores desagradáveis ou impurezas. O pacote/fardo deve conter 1.000 folhas devidamente acondicionadas, com embalagem íntegra e identificação externa contendo dados do fabricante, marca, dimensões e quantidade. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • MAXIMUS • CLESS • DAMA
26.	PCT	5000	**Prato descartável em isopor p/ refeição, pct c/ 10 un** Prato descartável de uso culinário, fabricado em poliestireno expandido (isopor/EPS) de primeira linha, na cor branca. Produto atóxico, leve, rígido, com excelente isolamento térmico (ideal para manter a temperatura de alimentos quentes ou frios), resistente a vazamentos de óleos, caldos e molhos, isento de rebarbas, odores ou impurezas. Deve atender rigorosamente às normas técnicas vigentes de segurança alimentar e da ABNT. O pacote deverá conter 10 unidades devidamente lacradas e identificadas com dados do fabricante, marca, lote e quantidade na embalagem externa.

			MARCAS DE REFERÊNCIA • **DART** • **COPOBRAS** • **ISOREPAR**
27.	PCT	1000	**Prato descartável p/ bolo, pct c/ 10 un** Prato descartável pequeno (tipo sobremesa/bolo), fabricado em poliestireno (PS) rígido ou poliestireno expandido (isopor/EPS) de boa qualidade, na cor branca (ou cristal/transparente, conforme preferência). Produto atóxico, leve, resistente a pequenas flexões, livre de rebarbas, falhas ou odores estranhos, adequado para o suporte de fatias de bolos, tortas e doces em geral. Deve atender rigorosamente às normas técnicas vigentes de segurança alimentar. O pacote deverá conter 10 unidades devidamente lacradas e identificadas com dados do fabricante, marca, lote e quantidade na embalagem externa. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • **COPOBRAS** • **PRAFESTA** • **MOPLAST**
28.	PCT	5000	**Prato descartável p/ refeição, pct c/ 10 un** Prato descartável de tamanho padrão para refeição, fabricado em poliestireno (PS) de boa qualidade, na cor branca (ou cristal/transparente, conforme preferência). Produto atóxico, rígido, com boa resistência mecânica ao peso de alimentos sólidos e líquidos, livre de rebarbas, falhas de injeção ou odores estranhos. Deve atender rigorosamente às normas técnicas vigentes de segurança alimentar e da ABNT. O pacote deverá conter 10 unidades devidamente lacradas e identificadas com dados do fabricante, marca, lote e quantidade na embalagem externa. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • **COPOBRAS** • **PRAFESTA** • **MOPLAST**
29.	PCT	200	**Saco de papel p/ pipoca, pct c/ 500 un** Saco de papel descartável próprio para o acondicionamento e consumo de pipoca e alimentos similares, confeccionado em papel apropriado (como papel sulfitito, kraft branco ou similar) de boa gramatura, atóxico e adequado para

			contato direto com alimentos. Resistente a gordura e umidade moderada, com colagem lateral firme, fundo reforçado e isento de odores ou substâncias tóxicas. O pacote/fardo deverá conter 500 unidades devidamente embaladas, contendo externamente os dados de identificação do fabricante, marca, dimensões ou capacidade, e quantidade. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • **WYDA** • **BOMPACK** • **EMBALAGENS GALVÃO**
30.	PCT	100	**Saco plástico leitoso p/ hambúrguer pct c/ 100 un** Saco plástico descartável fabricado em polietileno de baixa densidade (PEBD) ou alta densidade (PEAD) na cor branca leitoso, de uso culinário e comercial. Produto atóxico, próprio para o acondicionamento e transporte seguro de hambúrgueres, sanduíches e lanches em geral. Possui boa resistência mecânica, solda lateral firme para evitar vazamentos de molhos ou gorduras, isento de odores ou substâncias estranhas. O pacote deverá conter 100 unidades devidamente embaladas, com identificação externa contendo dados do fabricante, marca, dimensões e quantidade. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • **PLASTILUZ** • **EMBALAGENS BOMPACK** • **PLASTIPEL**
31.	PCT	100	**Saco plástico leitoso, p/ cachorro quente pct c/ 100 un** Saco plástico descartável fabricado em polietileno (PEBD ou PEAD) na cor branca leitoso, próprio para o acondicionamento e transporte de cachorros-quentes e sanduíches de formato alongado. Produto atóxico, adequado para contato direto com alimentos, dotado de boa resistência mecânica e solda lateral firme para evitar vazamentos de molhos e condimentos. Isento de odores ou substâncias estranhas. O pacote deverá conter 100 unidades devidamente embaladas, com identificação externa contendo dados do fabricante, marca, dimensões e quantidade. **MARCAS DE REFERÊNCIA** • **PLASTILUZ** • **EMBALAGENS BOMPACK** • **PLASTIPEL**

32.	PCT	1000	**Saco plástico lixo 15 litros, 1 pct c/ 50 sacos, reforçado** □ **Material:** Polietileno de Baixa Densidade (PEBD) ou Polietileno de Alta Densidade (PEAD), de primeira linha, reforçado, garantindo resistência mecânica adequada contra vazamento e perfuração. □ **Espessura / Micragem:** Mínima de 6 a 8 micras. □ **Cor:** Preta, homogênea e opaca. □ **Dimensões Mínimas:** Largura de 39 cm $\times$ Altura de 45 cm (conforme padrão normativo da ABNT). □ **Fechamento/Solda:** Solda lateral ou de fundo contínua e uniforme, impedindo o vazamento de líquidos. □ **Acondicionamento / Unidades por Pacote:** Pacote contendo **100 unidades** *(ou fardo/rolo c/ 50 ou 100 unidades, a critério do órgão)*. □ **Normas de Regência:** O produto deve atender rigorosamente aos requisitos das normas **ABNT NBR 9190 e NBR 9191**. MARCAS DE REFERÊNCIA □ **Embalixo** (Linha Banheiro/Pia ou Uso Geral) □ **Nobre** (Linha Prática / Profissional) □ **Rolopack** (Linha Uso Geral / Comercial)
33.	PCT	500	**Saco plástico lixo 30 litros, 1 pct c/ 100 sacos, reforçado,** □ Tipo P6 (espessura reforçada / alta densidade para suporte de carga pesada sem rompimento).

			□ **Material:** Polietileno de Alta Densidade (PEAD) ou Baixa Densidade (PEBD), virgem ou reciclado de primeira linha, com excelente resistência mecânica a tração, rasgo e perfuração. □ **Cor:** Preta (ou a definir conforme a necessidade: transparente, azul, leitoso, etc.). □ **Dimensões Mínimas:** Conforme norma ABNT NBR 9191 (aproximadamente 59 cm de largura x 62 cm de altura). □ **Capacidade de Carga:** Mínima de 6 kg a 9 kg. □ **Solda/Acabamento:** Solda lateral ou de fundo reforçada, contínua e uniforme, garantindo estanqueidade total contra vazamento de líquidos. □ **Apresentação / Unidades por Pacote:** Pacote/fardo contendo **100 unidades**. □ **Normas Técnicas:** Fabricação e conformidade técnica estrita com a norma **ABNT NBR 9191** (Sacos plásticos para lixo – Requisitos e métodos de ensaio). MARCAS DE REFERÊNCIA □ **Embalixo** (Linha Reforçada P6 / Super Força) □ **Nobre** (Linha Profissional / Heavy Duty) □ **Rolopack** (Linha Reforçada P6 / Uso Comercial)
34.	PCT	1000	**Saco plástico lixo 50 litros, 1 pct c/ 18 sacos, reforçado** □ Destinado à coleta de resíduos sólidos urbanos/lixo. Tipo P6 (espessura reforçada / alta densidade para suporte de carga pesada sem rompimento). □ **Material:** Polietileno de Baixa Densidade (PEBD) ou Polietileno de Alta Densidade (PEAD), de primeira linha, garantindo alta resistência mecânica contra perfuração e rasgamento. □ **Espessura / Micragem:** Mínima de 10 micras. □ **Cor:** Preta, homogênea e opaca.

			□ **Dimensões:** Largura de 63 cm X Altura de 80 cm. □ **Fechamento/Solda:** Solda lateral ou de fundo contínua e uniforme, impedindo o vazamento de líquidos. □ **Acondicionamento / Unidades por Pacote:** Pacote contendo **100 unidades** *(ou fardo/rolo c/ 50 unidades, a critério do órgão)*. □ **Normas de Regência:** O produto deve atender rigorosamente aos requisitos das normas **ABNT NBR 9190, NBR 9191, NBR 13055 e NBR 13056**. **MARCAS DE REFERÊNCIA** □ **Embalixo** (Linha Profissional) □ **Nobre** (Linha Heavy Duty / Comercial) □ **Rolopack** (Linha Profissional / Reforçado)
35.	PCT	500	**Saco plástico lixo 100 litros, 1 pct c/ 100 sacos, reforçado,** **Capacidade:** 100 Litros **Dimensões:** 100 cm (comprimento) x 90 cm (largura) **Espessura / Tipo:** Linha Profissional / Industrial, tipo P16 (alta espessura, alta resistência mecânica à tração, perfuração e rasgamento) **Cor:** Preto **Apresentação:** Pacote/Fardo com 100 unidades **Material de Fabricação:** Confeccionado em Polietileno de Baixa Densidade (PEBD) ou Polietileno de Alta Densidade (PEAD) de excelente qualidade (virgem ou reprocessado/reciclado nobre), com aditivos que garantem flexibilidade, vedação eficiente no fundo, resistência a vazamentos e alto suporte de carga/peso sem perfurar ou rasgar. **Normas Técnicas de Referência:** O produto deverá atender rigorosamente às normas técnicas vigentes: • **ABNT NBR 9190:** Sacos plásticos para lixo – Classificação. • **ABNT NBR 9191:** Sacos plásticos para lixo – Especificação.

			• **ABNT NBR 13055:** Embalagem e acondicionamento – Sacos plásticos para lixo – Determinação da resistência à queda. • **ABNT NBR 13056:** Sacos plásticos para lixo – Determinação da resistência à tração. MARCAS DE REFERÊNCIA □ **Embalixo** (Linha Industrial / Pesada / Condomínio) □ **Plastimil** (Linha Reforçada / Industrial P16) □ **Super Bag** ou **Ipê** (Linhas de Uso Profissional / Pesado)
36.	PCT	500	**Saco plástico lixo 200 litros, 1 pct c/ 100 sacos, reforçado,** **Capacidade Nominal:** 200 Litros **Dimensões:** 120 cm (largura) x 130 cm (altura / comprimento) **Espessura / Tipo:** Linha Profissional / Industrial, tipo P16 (alta espessura, elevada resistência mecânica à tração, perfuração, impacto e rasgamento) **Cor:** Preto **Apresentação / Quantidade:** Fardo / Pacote contendo **100 unidades** (fornecido em embalagem única ou fracionada em subpacotes que somem 100 unidades). **Material de Fabricação:** Confeccionado em Polietileno de Baixa Densidade (PEBD) ou Polietileno de Alta Densidade (PEAD) de excelente qualidade (reciclado industrial nobre ou virgem), acrescido de aditivos plastificantes que garantem alta flexibilidade, solda de fundo reforçada e capacidade para suporte de carga pesada sem rompimento ou vazamento. **Normas Técnicas de Referência:** O produto deverá atender rigorosamente às normas técnicas vigentes da ABNT: • **ABNT NBR 9190:** Sacos plásticos para lixo – Classificação. • **ABNT NBR 9191:** Sacos plásticos para lixo – Especificação. • **ABNT NBR 13055:** Embalagem e acondicionamento – Sacos plásticos para lixo – Determinação da resistência à queda (dart drop). • **ABNT NBR 13056:** Sacos plásticos para lixo – Determinação da resistência à tração. **MARCAS DE REFERÊNCIA**

			□ **Plastimil** (Linha Reforçada / Industrial P16 – 200L) □ **Embalixo** (Linha Industrial / Pesada P16 – 200L) □ **Super Bag** ou **Ipê** (Linhas de Uso Profissional / Pesado P16 – 200L)
37.	PCT	100	**Pote redondo 200ml c/ Tampa – pct c/ 100 un Cor Transparente** Cor - Transparente Capacidade em volume 200ml Material - Polipropileno Redondo Comprimento x Largura x Altura 20 cm x 20 cm x 30 cm Diâmetro 10 cm
38.	PCT	500	**Pote Descartável 150ml Marmita c/ Tampa, pct c/ 40 un, Freezer e Micro-ondas, Cor Transparente** Caractristicas Minimas: Características principais Modelo Retangular Cor Transparente Capacidade em volume 150 mL Material Plástico Dimensões Comprimento x Largura x Altura 11.2 cm x 8.5 cm x 3.6 cm Diâmetro 17,5 cm

39.	PCT	100	**Vela Faísca com 3 unidade**
40.	ROLO	100	**Fita Antiderrapante para Sinalização e Segurança** Fita adesiva antiderrapante, cor preta, com largura mínima de 50 mm e comprimento mínimo de 5 metros por rolo. Destinada à prevenção de escorregões em áreas de risco (incluindo ambientes úmidos como banheiros, rampas e degraus). Composição em resina sintética com grânulos minerais abrasivos e adesivo de alta aderência. Não refletiva, resistente à água e ao tráfego de pessoas. Fornecimento por unidade (rolo). **MARCAS DE REFERÊNCIA** • Vonder - Antiderrapante 50mm x 5m Preta • 3M - Safety-Walk (Série Resiliente ou Geral) Tesa - Tesa Anti Slip (60950/60951)

Justificativa: A presente contratação justifica-se pela necessidade de aquisição de materiais descartáveis, essenciais para atender às demandas diárias dos diversos setores municipais, garantindo condições adequadas de higiene, limpeza, acondicionamento e fornecimento de alimentos. A aquisição visa assegurar a continuidade das atividades administrativas e dos serviços públicos, evitando a falta de materiais indispensáveis ao funcionamento das repartições municipais.

Justificativa para Não Adoção da Forma Eletrônica e opção pela Presencial: A opção pela forma presencial em detrimento da eletrônica respaldada por uma série de considerações técnicas, operacionais e contextuais, as quais serão detalhadas abaixo:

✓ **Estímulo à Economia Local e Regional:** A realização de uma contratação presencial favorece diretamente o comércio local e regional, uma vez que permite a participação de empresas sediadas na própria região do município de Córrego do Bom Jesus (MG) e arredores. Ao optar pela forma presencial, promove-se a circulação de recursos dentro da própria comunidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico local e para a geração de empregos e renda na região.

✓ **Incentivo às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:** A modalidade de forma presencial cria uma oportunidade mais acessível e inclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte participar do processo licitatório. Muitas vezes, essas empresas possuem uma estrutura mais limitada para lidar com procedimentos eletrônicos complexos, o que pode dificultar sua participação em processos de forma eletrônica. Ao facilitar o acesso e a participação dessas empresas, fortalece-se o ambiente de negócios local e fomenta-se o empreendedorismo na região.

MUNICÍPIO DE
Fls. _____
_____
CÓRREGO DO BOM JESUS

✓ **Promoção da Competitividade e Diversidade:** A realização de um processo presencial amplia a competição entre os fornecedores locais e regionais, estimulando a oferta de serviços de qualidade a preços mais competitivos. Além disso, permite uma maior diversidade de propostas e soluções, enriquecendo o leque de opções disponíveis para a administração pública e garantindo a escolha da proposta mais vantajosa para o interesse público.

✓ **Fortalecimento dos Vínculos Comunitários:** Ao promover a participação de empresas locais e regionais no processo de contratação, fortalecem-se os laços comunitários e a relação de confiança entre a administração pública e os fornecedores. A proximidade geográfica e a familiaridade com as demandas e características locais permitem uma maior sintonia entre as partes, facilitando a comunicação e a resolução de eventuais problemas que possam surgir durante a execução do contrato.

✓ **Alinhamento com Políticas Públicas Locais:** A opção pela forma presencial está em consonância com as políticas públicas municipais voltadas para o estímulo ao desenvolvimento econômico local, valorização dos empreendedores locais e promoção da inclusão social. Ao priorizar a contratação de fornecedores locais e regionais, reforça-se o compromisso da administração pública com o crescimento sustentável e a prosperidade da comunidade de Córrego do Bom Jesus (MG).

✓ **Contexto Tecnológico e Capacidade de Acesso:** Embora a forma eletrônica ofereça praticidade e celeridade na realização do processo licitatório, é importante considerar que nem todos os potenciais interessados possuem acesso fácil e seguro à internet ou conhecimento técnico suficiente para lidar com os procedimentos eletrônicos exigidos. Dessa forma, optar pela forma presencial garante uma maior inclusão e participação de empresas interessadas, promovendo a ampla concorrência e a transparência no processo.

✓ **Especificidades da Contratação:** A natureza dos serviços a serem contratados demanda uma avaliação mais detalhada e específica por parte das empresas interessadas. A contratação requer uma análise minuciosa das condições técnicas, logísticas e de segurança, as quais podem ser mais bem discutidas e esclarecidas em um processo de forma presencial, onde os representantes das empresas têm a oportunidade de interagir diretamente com os agentes da contratação.

✓ **Importância da Interação Pessoal:** A contratação demanda uma interação pessoal significativa entre contratante e contratado de modo a evitar eventuais erros, atrasos, dentre outras questões inerentes ao contrato, e que podem ser resolvidas de modo presencial. A forma presencial possibilita um contato mais próximo e direto entre as partes, permitindo a troca de informações, esclarecimento de dúvidas e alinhamento de expectativas de forma mais eficaz do que seria possível por meios eletrônicos.

Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis, pela Secretaria de Finanças do Município de Córrego do Bom Jesus, por processo legal, após a devida comprovação do fornecimento e apresentação dos documentos fiscais devidos.

Condições e Prazo de Entrega: O contratado entregará o objeto a si adjudicados após recebimento de Ordem de Fornecimento, de acordo com a determinação da contratada, tudo em conformidade com a Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações.

Procedimento de Fiscalização: O objeto fornecido será fiscalizado na sua entrega por representantes da Secretaria solicitante, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas. As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura Municipal de Córrego do Bom Jesus em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

Forma de Apresentação da Proposta: Através da entrega dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação.

Documentos para habilitação: O licitante que ofertar o menor preço deverá apresentar a documentação abaixo relacionada:

Prova de habilitação jurídica:

- ✓ cópia da cédula de identidade do representante legal da empresa;
- ✓ registro comercial, no caso de empresa individual;
- ✓ ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- ✓ inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- ✓ decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Prova de regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso:

- ✓ prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal de seu domicílio;
- ✓ prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual de seu domicílio;

- ✓ prova de regularidade fiscal para com os tributos e contribuições federais;
- ✓ prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- ✓ prova de regularidade fiscal junto à Seguridade Social (INSS) – CND;
- ✓ prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Prova de regularidade econômico-financeira:

- ✓ Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa Jurídica.

Prova de qualificação técnica:

- ✓ Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a execução satisfatória de serviços ou fornecimento similares ao objeto desta licitação

Outras comprovações:

- ✓ Declaração relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º, da Constituição Federal/88, e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999 (Anexo IV).
- ✓ Declaração de Idoneidade, Inexistência de fato impeditivo e de suspensão para Contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal (Anexo V).

Os documentos relacionados neste Título poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC, em vigor na data da realização do Pregão, desde que expressamente indicados no referido cadastro.

No caso de não constar no CRC quaisquer documentos exigidos, o licitante deverá complementar a documentação exigida.

Se os documentos indicados no CRC, estiverem com os prazos vencidos, deverão ser apresentados novos documentos, em vigor.

Obrigações da Administração:

a) Comunicar imediatamente à Contratada as irregularidades manifestadas na execução do contrato, informando, após, à Contratante tal providência;

b) Fiscalizar a execução do contrato, informando à Contratante para fins de supervisão;

c) Efetuar o pagamento no devido prazo fixado no Edital e Contrato.

Obrigações do Contratado:

a) Fornecer o Objeto da Licitação, dar garantia, cumprir os prazos estabelecidos na proposta, contados a partir da data da assinatura do presente instrumento.

b) Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao Objeto da Licitação a si adjudicado, inclusive fretes e Seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;

c) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Penalidades Aplicáveis: A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do Contrato, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções pela CONTRATANTE, de acordo com os artigos 155 a 162 da Lei Federal n° 14.133/21, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa:

a) advertência, que será aplicada sempre por escrito;

b) multas, ficando estabelecidos os seguintes percentuais de multas decorrentes do descumprimento contratual:

I – 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega, até o 30°(trigésimo) dia, sobre o valor do contrato;

II – 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual;

III – 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato, no caso da adjudicatária, injustificadamente, desistir do mesmo ou causar a sua rescisão.

c) O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser pago por meio de guia própria, ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

d) rescisão unilateral do Contrato sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de indenização à CONTRATANTE por perdas e danos;

e) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Córrego do Bom Jesus;

f) indenização à CONTRATANTE da diferença de custo para contratação de outro licitante;

g) declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

6.2. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

6.3. Extensão das Penalidades: A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:

a) retardarem a execução do pregão;

b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

c) fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

MUNICÍPIO DE
Fls. _____
_____
CÓRREGO DO BOM JESUS

Outras Informações:

1. Critério de aceitabilidade da proposta: Para aceitação da proposta comercial o(a) Pregoeiro(a) considerará as características do Objeto e sua conformidade com as especificações do Edital, o prazo e locais de realização, preços e demais requisitos formais da oferta.

2. Critério de Julgamento: Para julgamento e classificação das propostas o(a) Pregoeiro(a) verificará a aceitabilidade das propostas em face dos requisitos do Edital, classificando em primeiro lugar aquela de menor preço, com ou sem apresentação de lances, e as demais em ordem decrescente.

_____

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
TAMYRES CECÍLIA DA SILVA

_____

SECRETARIA DE SAÚDE
CINTIA DA COSTA LOPO

_____

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
CAIO CESAR MARCONDES DE OLIEIRA

_____

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECÚARIA E MEIO AMBIENTE
ALTAIR PORFÍRIO MARQUES

_____

SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
EDILAINE A. DE OLIVEIRA

_____

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FERNANDA CHIARADIA DO NASCIMENTO PEREIRA

ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO

PROCURAÇÃO

A empresa.....inscrita no CNPJ sob o nº....., com sede à ....., neste ato representada pelo (s) diretores ou sócios, nome.....RG.....CPF.....endereço....., estado civil....., profissão....., nacionalidade....., naturalidade....., pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu (s) bastante Procurador (es) o (s) Senhor (es), nome....., RG....., CPF....., endereço....., estado civil....., profissão....., nacionalidade....., naturalidade....., a quem confere (m) amplos poderes para junto ao **Município de Córrego do Bom Jesus – MG**, praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 083/2026,** usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmas compromissos ou acordos, assinando contratos, receber e dar quitação; podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para representar para a licitação acima referenciada.

Local e Data:

Assinatura do representante

Obs.: Esta Procuração só é válida com firma reconhecida.

(papel timbrado da empresa)

MUNICÍPIO DE
Fls. _____
_____
CÓRREGO DO BOM JESUS

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE QUE O PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE CREDENCIAMENTO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2026.

Ao Sr. Pregoeiro
Córrego do Bom Jesus – MG

Sr. Pregoeiro

Pela presente, declaro(amos) que, a empresa .....(razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para participar do **Pregão Presencial** acima referenciado, cujo objeto é a **FUTURA E EVENTUAL XXXXXXXXX**

Local e Data:

Assinatura do representante

(papel timbrado da empresa)

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENORES

DECLARAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no **Artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988**, declaro (amos), sob as penas legais, não emprego (amos) menores de dezesseis (**16**) anos, nem emprego (amos) menores de dezoito (**18**) anos com carga horária noturna, em serviço perigoso ou insalubre.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Local e Data:

Assinatura do representante

(papel timbrado da empresa)

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

DECLARAÇÃO

Em atenção à solicitação no constante em Edital, do **Pregão Presencial nº 083/2026** declaramos a **Prefeitura Municipal de Córrego do Bom Jesus – MG**, para todos os fins de direito, que não há fato impeditivo de nossa parte e não fomos declarados inidôneos ou suspensos por nenhuma pessoa de direito público ou privado, não existindo fatos impeditivos ou legais para a participação de nossa empresa para qualquer processo licitatório, ou contratações futuras com o poder público.

Local e Data:

Assinatura do representante

(papel timbrado da empresa)

ANEXO VI - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

OBJETO: **FUTURA E EVENTUAL XXXXXXXXX.**
PROCESSO LICITATÓRIO **Nº 167/2026**
PREGÃO PRESENCIAL **Nº 083/2026**
TIPO: **MENOR PREÇO POR ITEM – REGISTRO DE PREÇOS**

Prezados Senhores

Após analisarmos toda a documentação, constante da licitação supra referida, Edital e respectivos anexos e tomarmos conhecimento de suas condições, em nome da empresa....., com sede....., inscrita no CNPJ sob o nº....., propomos executar sob nossa inteira responsabilidade, o objeto do Edital do Pregão Presencial nos termos previstos:

ITEM	***QTD.***	***UNID.***	***DESCRIÇÃO***	***R$ UNIT.***	***R$ TOTAL***
1					

R$ _____ (_____)

Local e data
Atenciosamente,

_____
(NOME E CNPJ DA LICITANTE)
(NOME, RG E CPF do Representante Legal ou Credenciado)

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei.

( ) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 90, §5º, da Lei Federal n° 14.133/21.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

(Local e data)

_____

(assinatura do representante legal)

ANEXO VIII - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2026

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____, QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO BOM JESUS E A EMPRESA (NOME DA EMPRESA)

Por este instrumento, de um lado do Município de Córrego do Bom Jesus, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.677.633/0001-02, com sede à Rua Doze de Dezembro, nº 347, Centro nesta cidade, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal **Sr. João Gabriel Dias Ribeiro,** residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominada simplesmente ADMINISTRAÇÃO, e de outro lado a empresa (NOME DA EMPRESA), (QUALIFICAÇÃO E ENDEREÇO), neste ato representada por (REPRESENTANTE LEGAL), (QUALIFICAÇÃO), doravante denominada simplesmente EMPRESA REGISTRADA, têm entre si justo e acertado a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com fundamento na Lei 14.133/21 e suas alterações e em decorrência do **Processo Administrativo nº 142/2026 - Pregão nº 083/2026**, mediante suas cláusulas e condições a seguir especificadas.

ITEM	QT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R$.....						

MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO BOM JESUS Fls. _____

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente ata de registro de preços tem por objeto a **FUTURA E EVENTUAL XXXXXXXXX,** de acordo com as especificações e condições previstas no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2026** e seus anexos e a proposta da empresa registrada correspondente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

Regime de execução indireta por item.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

A Administração estima que eventualmente pagará à empresa registrada o valor de R$....., correndo a despesa à conta da dotação orçamentária especificada no orçamento vigente.

Parágrafo Único – O preço proposto e ora registrado inclui todas as despesas com tributos, encargos sociais e trabalhistas, materiais para execução do objeto, uniformes e transportes de seus empregados. A empresa registrada responsabilizar-se-á, inteiramente, por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, decorrentes ou relacionadas com os produtos ora registrados e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto registrado.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

Conforme emissão de nota fiscal, ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a empresa registrada protocolizará junto a Administração Nota Fiscal que, após a devida atestação e regular liquidação, será objeto de pagamento a ser processado á vista, contra entrega do objeto.

§1º Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a manutenção das condições de habilitação da empresa registrada, notadamente no tocante a regularidade perante a Fazenda, INSS e FGTS;

§2º Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a empresa registrada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os valores serão fixos e irreajustáveis, de acordo com a Lei nº 8.880/94 e legislação subsequente e no Decreto nº 2.271/97 e demais normas aplicáveis **pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura da ata de registro de preços, exceto:**

§1º Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente para justa remuneração de execução do objeto poderá ser revista, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata de registro de preços.

§2º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

§3º Na hipótese da Empresa registrada solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos acompanhadas de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

§4º Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela Empresa registrada, esta deverá comprovar desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

§5º Fica facultado à Administração realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela **empresa registrada**.

§6º A eventual autorização da revisão dos preços será concedida após a análise técnica e jurídica da Administração, porém contemplará a execução do objeto, realizados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da Administração.

§7º Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisada, **a empresa registrada não poderá suspender a execução do objeto** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

§8º A Administração deverá, quando autorizada a revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação à execução do objeto realizados após o protocolo do pedido de revisão.

§9º O novo preço só terá validade, após parecer do agente de contratação e, para efeito de pagamento do objeto porventura entregue entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela empresa registrada.

§10º O diferencial de preço entre a proposta inicial da Empresa registrada e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração na ocasião da abertura do certame, bem como eventuais descontos concedidos pela empresa registrada, serão sempre mantidos.

§11º Enquanto não for divulgado o número índice correspondente ao mês reajustado, o reajuste será calculado de acordo como nº de índice conhecido, cabendo, quando publicado o índice definitivo, a correção do cálculo e o respectivo faturamento complementar. Caberá à empresa registrada efetuar o cálculo do reajuste e apresentar a respectiva memória ou planilha junto a correspondente Nota Fiscal.

§12º A periodicidade prevista nesta cláusula poderá ser reduzida por legislação superveniente.

CLÁUSULA SEXTA – DA DESPESA

A despesa será imputada à conta do crédito consignado no orçamento da Administração, enquadrando-se segundo a natureza.

Parágrafo único – Para os exercícios seguintes a despesa correrá por conta das dotações orçamentárias consignadas nos orçamentos futuros.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA/ EXECUÇÃO

A presente ata de registro de preços será executado sob o regime de execução indireta global, entrando em vigor na data de sua assinatura, com validade de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme previsto no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21

CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO

§ 1º A extinção da ata de registro de preços poderá ocorrer nos casos enumerados no artigo 138 da Lei Federal n.14.133/21:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências previstas no art. 139 da Lei Federal n.14.133/21:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do **caput** deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO EM CASO DE RESCISÃO

Nos casos de rescisão previstos nesta ata de registro de preços, a Administração adotará as seguintes providências:

I - assunção imediata do objeto da ata de registro de preços, no estado e local que se encontrar;

II - retenção dos créditos decorrentes da ata de registro de preços, até o limite dos prejuízos causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

§ 1º A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do Contrato, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções pela CONTRATANTE, de acordo com os artigos 155 a 162 da Lei Federal n° 14.133/21, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa:

a) advertência, que será aplicada sempre por escrito;

b) multas, ficando estabelecidos os seguintes percentuais de multas decorrentes do descumprimento contratual:

I – 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega, até o 30°(trigésimo) dia, sobre o valor do contrato;

II – 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual;

III – 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato, no caso da adjudicatária, injustificadamente, desistir do mesmo ou causar a sua rescisão.

c) O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser pago por meio de guia própria, ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

d) rescisão unilateral do Contrato sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de indenização à CONTRATANTE por perdas e danos;

e) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Córrego do Bom Jesus;

f) indenização à CONTRATANTE da diferença de custo para contratação de outro licitante;

g) declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 2º As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

§ 3º Extensão das Penalidades: A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:

a) retardarem a execução do pregão;

b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

c) fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

Constituem obrigações da Administração, em especial:

I - Receber o objeto da ata de registro de preços, através do setor competente nos termos da Cláusula Décima Quarta;

II - Efetuar o pagamento do objeto deste ata de registro de preços, nos termos do item XII deste Edital mediante Nota Fiscal devidamente atestada.

III - Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REGISTRADA

Constituem obrigações da Empresa Registrada, em especial:

I - a execução do objeto contratado, conforme solicitação da Secretaria requisitante, obedecendo aos critérios detalhados no **Anexo I**, em total conformidade com o Edital e seus Anexos.

II - Manter durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial no tocante a regularidade perante a Fazenda, INSS e FGTS;

III - Paralisar, por determinação do Município de Córrego do Bom Jesus, a execução do objeto que não esteja de acordo com edital e seus anexos;

IV - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes da execução da ata de

registro de preços e, ainda, por todos os danos e prejuízos que causar a seus funcionários ou a terceiros em virtude de execução do presente;

V - Cumprir orientação do órgão fiscalizador e/ou do executor da ata de registro de preços;

VI - Ressarcir a Administração quaisquer danos ou prejuízos causados em decorrência da execução do objeto;

VIII- Apresentar relação das pessoas credenciadas à execução do objeto, a qual deverá ser controlada pelo executor da ata de registro de preços e/ou pelo órgão fiscalizador.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

O objeto será fiscalizado na sua execução por representantes da Secretaria Municipal de Obras, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Empresa registrada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas. As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Córrego do Bom Jesus, e nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante Empresa registrada, no que concerne à execução do objeto da ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO

O recebimento do objeto desta ata de registro de preços será efetuado mediante recibo, definitivamente, referente a parcela da obrigação contratual cumprida.

Parágrafo Único - A Administração rejeitará a execução do objeto em desacordo com as especificações, cabendo à empresa registrada o ônus decorrente da rejeição, incluindo prazos e despesas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma destas, tendo por base o que dispõem a Lei nº 14.133/21, e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO

O teor do Edital e seus anexos, na modalidade **Pregão Presencial nº 064/2026** e a proposta da empresa registrada são partes integrantes desta Ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

§ 1º A EMPRESA REGISTRADA se obriga ao cumprimento integral do objeto desta ata de registro de preços, pelo preço e nas condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta quer seja por erro ou omissão.

§ 2º A EMPRESA REGISTRADA deverá adotar todas as medidas, precauções e cuidados necessários, de modo a evitar eventuais danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, seja por ato ou omissão de seus empregados, prepostos ou assemelhados, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da ata de registro de preços.

§ 3º Sob pena de a ata de registro de preços ser considerado rescindido unilateralmente, é defeso à EMPRESA REGISTRADA:

I. A execução do objeto por meio de associação ou de subcontratação, salvo solicitação devidamente justificada por escrito e expressamente autorizada pela administração;

II. Transferir, no todo ou em parte, a ata de registro de preços ou obrigações dele originárias, salvo solicitação devidamente justificada por escrito e expressamente autorizada pela administração;

§ 4º Eventual operação de transformação societária, fusão, cisão ou incorporação no decorrer da vigência contratual, deverá ser submetida à apreciação da Administração com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, para verificação de implicações no objeta empresa registrada.

§ 5º Se, no decorrer da execução da ata de registro de preços, surgirem eventos ou características relevantes que possam vir a afetar o objeto do presente, deverá a EMPRESA REGISTRADA comunicar expressamente a Administração acerca do ocorrido;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Cambuí/ MG, para dirimir eventuais dúvidas relativas ao cumprimento deste pacto.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Ata de registro de preços, do qual extraíram-se 03 (três) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Córrego do Bom Jesus ..... de ..... de 2026.

MUNICÍPIO DE
Fls. _____
_____
CÓRREGO DO BOM JESUS

_____

JOÃO GABRIEL DIAS RIBEIRO
Prefeito Municipal
Município de Córrego do Bom Jesus

_____

(NOME DA EMPRESA)
(Nome do Representante)

TESTEMUNHAS:

_____

_____